



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO N° DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre problemas no fornecimento da vacina BCG.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre problemas no fornecimento da vacina BCG.

Nesses termos, requisita-se:

1. O Ministério da Saúde solicitou ao Fundo Rotatório da OPAS para Acesso a Vacinas (FRV) o quantitativo de 1.200.000 doses/mês? Apresentar os documentos (memorando, documento oficiais, e-mail, ata de reunião, entre outros) que indicam a solicitação do Ministério da Saúde correspondente à quantidade referida.
2. Quais foram os motivos que levaram o Ministério da Saúde a solicitar do FRV apenas 500.000 doses/mês, visto que a média mensal de distribuição usual era 1.200.000 doses/mês, realizada diretamente pelo Ministério da Saúde?
3. Houve algum óbice para adquirir mais de doses de BCG do que as 500.000 doses/mês junto a FRV? Apresentar os documentos (memorando, documento oficiais, e-mail, ata de reunião, entre outros) que consta os possíveis empecilhos junto ao FRV.
4. Considerando a redução acentuada da cobertura vacinal do imunizante da BCG, que culminou no fato inédito do Brasil não atingir a meta estabelecida no ano de 2019, o que Ministério da Saúde pretende realizar para sanar esse problema recorrente de desabastecimento de imunizante?

SF/22398.52483-85 (LexEdit)

5. Quais ações o Ministério da Saúde vem tomado para mitigar o risco de futuros problemas para aquisição da vacina BCG e de outros imunizantes?

JUSTIFICAÇÃO

Denuncia a reportagem da BBC News Brasil de 20 de maio de 2022: "**Uma das primeiras vacinas a ser dada a uma criança que nasce no Brasil, a BCG passará a ter fornecimento diminuído nos próximos meses devido a problemas que o Ministério da Saúde tem tido para obter as doses do imunizante, que previne a tuberculose**". [1]

Na reportagem, gestores de saúde pelo país foram entrevistados e confirmaram que, de fato, o recebimento da vacina tem sido limitado, conforme avisado em expediente Ministério da Saúde datado de abril. Diz a circular ministerial: "'dada a disponibilidade limitada da vacina BCG no estoque nacional em razão de dificuldades na aquisição deste imunobiológico', o envio pelo ministério diminuirá de 1,2 milhão de doses por mês (média de janeiro a março de 2022) para 500 mil doses mensais nos próximos sete meses". Além disso, no expediente, o MS solicita aos gestores otimizarem o uso da vacina até a regularização do estoque nacional do imunizante.

A vacina BCG é de extrema importância para o controle da tuberculose. A tuberculose é uma doença grave, infecciosa e transmitida por vias aéreas, que afeta principalmente pulmões. No Brasil, a doença é um sério problema de saúde pública, com profundas raízes sociais. A epidemia do HIV e a presença de bacilos resistentes tornam o cenário ainda mais complexo. A cada ano, são notificados aproximadamente 70 mil casos novos e ocorrem cerca de 4,5 mil mortes em decorrência da tuberculose. Essa vacina, incorporada ao Programa Nacional de Imunizações há muitos anos, deve ser ministrada às crianças ao nascer, ou, no máximo, até os quatro anos, 11 meses e 29 dias, a fim de evitar que o indivíduo desenvolva as formas mais graves da doença. [2]

Relata ainda a matéria que, desde 2016, com as sucessivas interdições de ordem sanitária da única fábrica nacional da BCG, o fornecimento desta vacina tem sido intermitente. Certamente, a inadequada oferta dessa vacina pelo SUS é um dos fatores que explica a forte queda na cobertura vacinal para tuberculose ao longo dos últimos quatro anos. A cobertura vacinal da BCG, que era

de 99,7% em 2018, atingiu alarmantes 68,7% em 2021, o menor patamar desde 1994, quando a cobertura era de 88,7% [4].

Não se pode admitir que a população seja exposta ao risco de uma doença grave, para a qual existe prevenção, por uma incompetência ministerial. O Governo brasileiro deve urgentemente se preparar sua administração para garantir, ao longo do tempo, o adequado fornecimento de imunizantes essenciais essenciais para o controle da disseminação de doenças que estavam em situação de controle epidemiológico ou erradicada. Afinal, garantir a saúde universal é seu dever constitucional. O Senado, por sua vez, precisa urgentemente exercer sua função constitucional e fiscalizar as ações do Poder Executivo federal.

[1] *Vacina BCG: com fábrica nacional parada, ministério pede que Estados rationem imunizante*, BBC News Brasil, 22/05/2022, disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61517537>, acesso em 25/05/2022.

[2] *Saúde de A a Z: Tuberculose*, Ministério da Saúde, disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/t/tuberculose/tuberculose>, acesso em 25/05/2022.

[3] *Tabnet*, Ministério da Saúde, disponível em http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def, acesso em 23/05/2022.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2022.

**Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**